

AValiação DA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL E O MODELO DE GESTÃO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE TEMPO INTEGRAL NO MUNÍCIPIO DE FORTALEZA

Solange Maria Colares Garcia¹

Miriane Dantas Fernandes²

Ruani Cordeiro de Sousa³

RESUMO

O objetivo desse trabalho é avaliar a implementação da política pública de educação integral e os processos educativos das escolas municipais de tempo integral de Fortaleza. A avaliação acontece com a discussão dos conceitos de educação integral, do confronto dos processos educativos e o novo modelo de escola com a ruptura de paradigmas. O locus da pesquisa se deu nas seis primeiras escolas onde foi implementada a ampliação da jornada na perspectiva da educação integral. Realizamos uma discussão sobre “avaliação em profundidade”, na qual buscamos aportes teóricos em Rodrigues que destaca aspectos que nortearam a pesquisa, tais como: estudo do modelo de escola, do modelo pedagógico e do modelo de gestão. Os sujeitos envolvidos nesse processo foram: núcleo gestor e líderes de turma. Realizamos um estudo de caso em que utilizamos uma pluralidade de técnicas e instrumentos, tais como, entrevistas e o grupo focal. Na coleta dos dados, confrontamos os conceitos de educação integral e como os alunos são percebidos nesse modelo. Para dar sustentabilidade ao trabalho apresentamos três teóricos: o primeiro aborda a educação integral na perspectiva do ser humano na sua integralidade, o segundo apresenta os quatro pilares de desenvolvimento das competências do educando e o terceiro discute educação integral como meio de levar o homem à construção da autonomia e da emancipação. Concluímos que os profissionais se dispõem a aprender novos processos quando acreditam no aluno se veem como sujeito capaz de se tornar protagonista de sua vida e de sua comunidade.

Palavras-chaves: Conceito de educação integral, políticas públicas, gestão educacional.

¹ Pedagoga, especialista em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Ceará - UFC, Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, Mestre em Avaliação de Políticas Públicas pela UFC, Técnica em Educação – Assessoria Técnica de Educação Integral/Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza e professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR E-mail: colaresolange@gmail.com

² Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará, especialista em Terapia Sistêmica da Família pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, especialista em Psicopedagogia pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, Técnica em Educação – Assessoria Técnica de Educação Integral/Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza E-mail: mirianedfernandes@gmail.com

³ Graduada em Letras/ Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Ceará Especialista em Metodologias do Ensino do Ensino de Artes, Mestre em Educação Brasileira. Técnica em Educação - Assessoria Técnica de Educação Integral/ da Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é avaliar a implementação da política pública de educação integral e os processos educativos nas escolas municipais de tempo integral de Fortaleza. Especificamente, o desafio de olhar diferente o estudante sob a perspectiva de esse ser protagonista de sua vida e de sua comunidade.

Algumas das motivações para realizar este trabalho, como profissionais de educação e pesquisadoras, foram: avaliar os processos educativos na perspectiva da educação integral diante do novo modelo de escola, investigar conceitos e concepções de educação integral, analisar a ruptura dos paradigmas das práticas e das metodologias pedagógicas tradicionais.

O recorte temporal da pesquisa é iniciado no segundo semestre de 2013 com o estudo da proposta do modelo e concluído em 2014. O locus da investigação acontece simultaneamente nas seis escolas onde foi implantado o tempo integral.

Ao trazer a discussão da política pública de educação integral em Fortaleza, teremos que nos remeter a trajetória da história da educação no Brasil.

A história da educação integral no Brasil marca seu nascedouro na década de 1930, com o Manifesto dos Pioneiros, e tem Anísio Teixeira como um dos mentores intelectuais. Tempos depois, em 1953, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro erguem a bandeira da educação integral com sua implantação no Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, Bahia.

Em 1980, Darcy Ribeiro, um defensor incansável da educação integral, mais uma vez aceita o desafio de implantar o Centro Integrado de Educação Pública (CIEP), no governo do Rio de Janeiro com a construção de quinhentos (500) prédios. Surgem outras experiências no Brasil na década de 1990, valendo lembrar a iniciativa de Juiz de Fora/MG, denominada Educação em Tempo Integral (ETI).

Em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), foi estabelecida, nos artigos 34 e 87, a ampliação da jornada escolar, que se efetivou no Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2011, com carga horária mínima de sete horas diárias.

Em 2007, como estratégia do governo federal para disseminar e induzir a política de tempo integral foi instituído o Programa Mais Educação, regulamentado pelo Decreto 7.083/10. Esse Programa tem como foco central promover, nas redes estaduais e municipais de ensino, a construção da agenda de educação integral que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para um mínimo sete horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos.

Em Fortaleza, o Programa Mais Educação foi implementado a partir de 2008, em 182 escolas da rede pública de ensino municipal, que atendiam aos critérios estabelecidos pelo FNDE.⁴

O processo de expansão da política de educação integral no município de Fortaleza tem seu início em 2013 com a discussão de implantar um novo modelo de se pensar escolas de tempo integral. Para tanto entra em cena os parceiros da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza – SME o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE e o Instituto Natura que apresentam um modelo diferente de escola, de projeto pedagógico e de gestão.

Nesse mesmo ano o ICE inicia formação para apresentar a proposta pedagógica do modelo com seus princípios e premissas para os coordenadores da Gestão Escolar, do Ensino Fundamental, dos Distritos de Educação, técnicos de educação SME/Distritos.

Ainda no ano de 2013 a SME em parceria com o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação – ICE e Instituto Natura inicia o processo de implementação de seis (6) escolas de Ensino Fundamental anos finais, adaptando suas estruturas física e organizacional, contemplando cada Distrito de Educação. Foram levados em conta indicadores como o alto nível de vulnerabilidade socioeconômico que desemboca no indicador violência, retenções consecutivas, abandono escolar e iniciação a pequenas infrações e finalmente ao crime e, muitos, a morte precoce.

Para a realização da pesquisa, apresentamos três pressupostos teóricos, norteadores deste trabalho, os quais nos levaram a fazer reflexões sobre as várias concepções de educação integral e de processos educativos na caminhada da nossa pesquisa.

O primeiro pressuposto, educação integral, a partir de Costa, (2008), traz a Educação Interdimensional que apresenta o estudante não apenas como um indivíduo que precisa desenvolver suas capacidades cognitivas, mas que deve ser percebido em todas as suas dimensões.

O segundo a partir de Dellors, (2010), que aborda os Quatro Pilares da Educação como meio de desenvolver as competências do estudante para a sociedade do século XXI que é a sociedade do conhecimento.

⁴ “poderiam participar todas as capitais dos estados brasileiros, as cidades das regiões metropolitanas com mais de 300 mil habitantes e ter escolas municipais ou estaduais com IDEB abaixo de 2,9, bem como os municípios teriam que assinar o termo de adesão, “Compromisso Todos pela Educação”; (BRASIL, MEC, 2007).

Por último, apresentamos o terceiro pressuposto a partir de Paro (2008), que nos apresenta educação integral como oportunidade em que a escola tem como espaço, dentro ou fora dela, para construir algo com a participação do estudante, além de gerar nele um sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de competência, da construção da autonomia e da emancipação.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA AVALIATIVA

O presente trabalho tem como escopo avaliar o a implementação da política pública de educação integral e dos processos educativos nas escolas municipais de tempo integral de Fortaleza. Entende-se que a definição da avaliação, que se pretende discutir, é condição essencial para orientar o trabalho e, a partir dela, definir o desenho metodológico da pesquisa avaliativa.

Trata-se da concepção de metodologia, não entendida como um conjunto de procedimentos e técnicas, mas constituindo um corpo teórico de explicação da própria avaliação e de seu objeto. (SILVA, 2001, p. 64).

Rodrigues nos apresenta aspectos relevantes e nos leva a fazer reflexões sobre avaliação de políticas públicas e nos norteia com várias dimensões, das quais uma delas é a avaliação política da política. Já Silva discute as questões conceituais e metodológicas da avaliação de resultados. Partindo dessa discussão, o fato de nos apropriarmos da discussão de Rodrigues nos capacita a um percurso mais seguro, não pronto e acabado, no entanto, não menos difícil; assim, a autora aponta esta caminhada como densa, extensa, ampla e multidimensional; enfatiza e aponta uma trajetória que nos leva à efetivação de uma proposta de avaliação em profundidade de políticas públicas de caráter social, sendo imprescindível para o trabalho de uma equipe multidisciplinar de pesquisa. (RODRIGUES, 2008).

No primeiro aspecto, que dizem respeito à análise do material institucional sob forma de lei, portarias, documentos, dados estatísticos, entre outros.

No segundo aspecto, a autora trata da análise de contexto da formulação da política.

No terceiro aspecto que a autora traz sobre avaliação em profundidade é a trajetória institucional da política. Neste momento, ela traz a discussão para a dimensão analítica que pretende perceber o grau de coerência/dispersão da política ao longo do seu trânsito pelas vias institucionais.

Finalmente, no último aspecto da avaliação em profundidade, trabalhamos o espectro temporal e territorial.

ESTUDO DE CASO

“um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. (YIN, 2005, p. 32).

O estudo de caso aconteceu simultaneamente nas seis escolas, cada escola tem em média 300 a 360 alunos do ensino fundamental anos finais, com uma estrutura organizacional diferenciada das demais escolas da rede municipal. Nesse contexto conta com profissionais como: professor coordenador de área - um destinado a cada área do conhecimento, professor diretor de turma, suporte pedagógico, instrutor de informática, laboratorista, coordenador administrativo financeiro e um quadro de profissionais de apoio também diferenciado.

Na organização didático pedagógica a escola tem na Matriz Curricular a Parte Diversificada com Atividades Complementares, componentes curriculares que auxiliam o estudante a atingir o principal objetivo da proposta da escola de tempo integral, que é torna-lo um jovem autônomo, solidário e competente.

As escolas em pauta são localizadas em áreas de alto nível de vulnerabilidade socioeconômico que geram altos indicadores de violência.

O estudante para ser matriculado na escola de tempo integral precisa em primeiro lugar querer participar desse processo e deve assinar juntamente com os pais um Termo de adesão que contempla algumas exigências, uma delas é estar em tempo integral na escola.

O corpo docente passou por um processo seletivo com entrevistas e formações para conhecer o modelo e decidir se quer participar da proposta. Como o aluno, também assina o termo de adesão e uma das exigências é a concentração da jornada de trabalho na mesma escola.

A pesquisa ocorreu durante todo o ano de 2014, por meio de visitas para observação dos participantes, por conversas informais com toda comunidade escolar, pela participação de formação continuada da proposta do modelo, com reuniões intencionais com gestor, coordenador pedagógico, professor coordenador de área e com alunos líderes de turma. Essas conversas agendadas ocorreram também com a participação do nosso parceiro com os consultores do ICE.

Na observação participante, tivemos oportunidades de acompanhar toda a rotina da escola e seu funcionamento com as atividades realizadas pelos alunos, a postura dos profissionais, a

presença dos pais na escola e suas impressões diante do fato novo na comunidade, a escola de tempo integral.

Outro momento da pesquisa nas escolas são os ciclos de acompanhamentos que ocorrem a cada bimestre com a presença dos consultores do ICE, com a participação efetiva do gestor e coordenador pedagógico e de outros profissionais que tenham disponibilidade como: os professores coordenadores de área - PCA, Coordenador Administrativo Financeiro - CAF e dos técnicos da SME e dos Distritos de Educação. Nesse momento se avalia a compreensão filosófica do modelo, seus instrumentais norteadores como Plano de ação, Programa de Ação e rotinas dos demais profissionais. Esse trabalho percorre o dia todo na escola, inclusive contempla observação dos horários de refeições e intervalos dos alunos e gera relatórios com encaminhamentos, devolutivas e acompanhamentos.

A última etapa do desenho metodológico na escola foi a apropriação do grupo focal, a entrevista em grupo com alguns estudantes. A opção por essa técnica se deu por conta da faixa etária, pois percebemos que, quando conversávamos em grupo, a conversa era mais leve. Já quando mencionávamos a possibilidade de uma entrevista, o grupo ficava tímido. O grupo selecionado estava sendo acompanhando desde o início da observação participante.

A motivação para trabalhar com o grupo focal, além da faixa etária dos estudantes, era o desejo de buscar, nas atividades realizadas com eles, elementos significativos que pudessem ser observados, captados de uma forma mais qualitativa e nos quais pudesse ocorrer uma interação, uma reciprocidade com todos envolvidos: pesquisadoras e estudantes.

RESULTADOS

Os resultados foram significativos, pois constatamos mudanças de comportamentos e atitudes dos estudantes que passaram a se perceber como protagonista de sua própria história, se vendo como solução dos problemas e não como o problema, sendo capaz de fazer diferença na sua vida e na sua comunidade, os profissionais da Escola de Tempo Integral que romperam os paradigmas engessados de uma educação castradora, que oprime mais do que liberta. Professores, gestores, coordenadores pedagógicos, professores coordenadores de área que passaram a investir no projeto de vida de seus alunos e entenderam também que precisavam construir seus projetos de vida, manipuladores de alimentos, porteiros, serviços gerais que antes não se incluíam como corresponsáveis pela viabilização dos projetos de vida dos alunos da escola.

Constatamos numa escola que respira e busca viabilizar a concretude dos sonhos de seus alunos e permite que esses possam sonhar e voar o mais alto possível que suas realidades lhes apresentam.

Os resultados são perceptíveis no fim do ano letivo, tivemos alunos aprovados na Escola Estadual de Educação Profissional o critério de ingresso ocorre por meio de avaliação do rendimento escolar, alunos aprovados no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia, alunos que ingressaram em escolas regulares dando continuidade aos estudos e passaram a sonhar juntamente com suas famílias por uma vida melhor, por meio da Educação. Antes pensavam em terminar o Ensino Fundamental e se inserir no mundo produtivo e hoje sonham com a universidade.

Podemos fazer uma reflexão às escolas não estaria cumprindo seu papel, proporcionando o acesso à progressão dos estudos como preconiza a LDB?

Seria verdade se a igualdade de acesso à escola fosse uma verdade. Se o sistema de educação do país não fosse dual. Precisamos de uma escola que transcenda o aspecto cognitivo e se mobilize por inteiro na perspectiva de uma formação integral do seu estudante, Arroyo afirma é necessário acreditar na força educativa de experimentar, vivenciar uma ordem, uma organização o mais total possível. (ARROYO, 1988, p. 4)

Segundo Arroyo (1988) a escola de tempo integral não se efetiva somente pela ampliação do tempo para poder ensinar e aprender mais e melhor, mas para poder experimentar relações e situações mais abrangentes [...] relacionar-se, trabalhar, produzir coletivamente na escola. (ARROYO, 1998, p.4).

CONCLUSÃO

Nossas conclusões têm amparo em Teixeira que afirma “educação não é um privilégio é um direito” e pensar educação integral independentemente de ampliação da jornada escolar, e sim como direito indiferentemente às condições do estudante. (TEIXEIRA, 2009).

Outro ponto que queremos refletir é com a ideia de que a escola de tempo integral é a redentora, irá livrar o estudante das drogas, da violência e de todas as mazelas de uma sociedade desigual. Então nos remetemos novamente a Teixeira educação é um direito e não um “remédio” que o estudante pobre precisa vale ressaltar.

A política de educação integral de Fortaleza acerta o prumo quando em sua proposta trabalha princípios que são inalienáveis o protagonismo é um deles que olha para o estudante como sujeito ativo, histórico, social e autônomo, mas, para que isso ocorra, é preciso que as instituições de ensino a escola apresentem todas as possibilidades, para que estes possam aprender a aprender, aprender a arte, a filosofia, os valores e, principalmente, possam fazer uma leitura de mundo que possam se sentir protagonistas de sua própria trajetória.

E por último a importância da quebra de paradigma em relação ao envolvimento e compromisso da gestão educacional seja no âmbito das Secretaria de Educação e no contexto da escola todos os sujeitos devem se sentir responsáveis diretamente ou indiretamente na garantia de prover todos os meios para a efetivação do Projeto de Vida do estudante e assim garantir os fins da educação preconizado em lei.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzales. **O direito ao tempo de escola**. Seminário “A escola pública de Tempo Integral: uma questão em debate”. Fundação Carlos Chagas. Minas

BRASIL, Ministério de Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE)**. 2007a. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Ministério de Educação/SECAD. **Gestão Intersetorial no Território – Série Mais Educação**. 2007b. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Ministério de Educação/SECAD. **Educação Integral – Série Mais Educação**. 2009. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Ministério de Educação/SECAD. **Rede de Saberes – Série Mais Educação**. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 10.172 de 9 de janeiro de 2001**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) – Lei 11.494 de 20 de junho de 2007**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Lei 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL, Senado Federal. **Plano Nacional de Educação (PNE) Decênio 2011- 2020 – Projeto de Lei nº 8.035/2010**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. **Plano de Metas Compromisso todos pela Educação – Decreto nº 6.094 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

BRASIL. **Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <<http://www.planalto.org.br>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Educação - Uma perspectiva para o século XXI**. Editora Canção Nova: São Paulo, 2008.

DELORS, Jacques. **Um tesouro a Descobrir**. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Brasília: 2010.

PARO, Vitor. **Educação Integral em Tempo Integral: uma Concepção de Educação para a Modernidade**. Seminário Nacional Educação em Tempo Integral (Neephi), I. Anais... Rio de Janeiro: Unirio, 2008.

PARO, Vitor. **Escola de Tempo Integral: Desafio para o Ensino Público**. São Paulo: Cortez, 1988.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Proposta para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais**. AVAL – Revista Avaliação de Políticas Públicas – v. 1 n. 1 jan/jun. (2008). – Editora Arte Escrita/MAPP/UFC. Fortaleza, CE.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: Aspectos Conceituais e Metodológicos**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação É um Direito**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 3ª ed. Porto Alegre: Bookmam, 2005.

